

SUBDESENVOLVIMENTO E POBREZA

*Paulo Luiz Miadaira**

Resumo

O artigo analisa sinteticamente um dos aspectos da vasta e eclética obra do economista Celso Furtado: a teoria do subdesenvolvimento e seu desdobramento em questões interdependentes como a desigualdade regional, a concentração da renda e a pobreza. Constata-se que o processo de modernização que o país passou nos últimos anos não foi capaz de superar seus antigos e estruturais dilemas. O crescimento econômico do país promoveu, principalmente, maior concentração da renda e desigualdade social, além do crescimento da população pobre no país.

Palavras-chave

Subdesenvolvimento, desigualdade social e regional, concentração da renda e pobreza.

* Paulo Luiz Miadaira é graduado em Economia pela USP e em Administração Pública pela FGV-SP; é mestre em Economia de Empresas pela FGV-SP e doutorando em História Econômica pela USP; é professor da Faculdade São Luís e membro do NEPO — Núcleo de Estudos sobre a Pobreza/Faculdade São Luís.

1. Subdesenvolvimento na visão de Celso Furtado

Celso Furtado é um economista do desenvolvimento. Fez parte do grupo dos pioneiros da teoria moderna do desenvolvimento, ao lado de Prebisch, Singh, Lewis, Nurkse, Myrdall e Hirschman¹. Suas principais contribuições teóricas revelam um profundo entendimento do processo de desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico dos países. A década de 50 foi um dos momentos mais férteis da história brasileira, não apenas em termos de transformações socioeconômicas e dos movimentos sociais e políticos, num ambiente democrático, como na evolução do pensamento econômico. A controvérsia da época focava a questão do desenvolvimento econômico via industrialização com intervenção do Estado, que se contrapunha ao pensamento liberal, defensor do mercado regulador e da *vocação agrária* do Brasil. Na década anterior, anos 40, ficou famosa a polêmica criada entre Roberto Simonsen (industrialista) e Eugênio Gudín (monetarista e liberal).

Foi nesse contexto que as teses da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) vieram dar substância ao pensamento intervencionista, que pregava a industrialização deliberada como forma de promover o desenvolvimento econômico do país atrasado. Para um melhor entendimento da influência do pensamento da Cepal na obra de Furtado, é importante saber que o autor contribuiu, durante os anos 50, por meio do método *histórico-estrutural* com uma nova visão a respeito das especificidades da formação das economias e sociedades subdesenvolvidas. É a partir da análise histórica da América Latina e sua inserção na divisão internacional do trabalho, durante o período do capitalismo mercantil, que a teoria foi elaborada. Sabemos que a obra de Furtado representa um refinamento da análise estruturalista-cepalina, pois leva em conta o processo histórico do desenvolvimento econômico da América Latina e, em particular, do Brasil. Em conseqüência, faremos uma breve apresentação da teoria do subdesenvolvimento por meio de algumas obras do autor que contribuíram para a nova proposição ou método de análise, assim como, para conhecer melhor a evolução histórica e social do Brasil moderno.

1. Para melhor entendimento do problema do desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento é interessante ler uma coletânea de artigos e estudos selecionados por Agarwala e Singh sob o título de *A Economia do Subdesenvolvimento* (1969).

Em seu livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, encontramos presente a grande influência da tese cepalina por meio da chamada análise histórico-estrutural. O subdesenvolvimento, nos textos clássicos da CEPAL², corresponde à concepção do sistema centro-periferia, uma condição particular do processo de acumulação e do progresso técnico imposto pela divisão internacional do trabalho. A estrutura produtiva da periferia é composta por dois traços fundamentais: a) exportação de produtos primários e importação de bens e serviços que cresce e se diversifica; b) heterogênea ou parcialmente atrasada, no sentido de que coexistem em seu interior setores utilizando tecnologias avançadas e atrasadas. Prevalece um forte contraste entre a estrutura produtiva dos países periféricos, especializada e heterogênea, com a dos centros, diversificada e homogênea:

o advento de um núcleo industrial, na Europa do século XVIII, provocou uma ruptura na economia mundial da época e passou a condicionar o desenvolvimento econômico subsequente em quase todas as regiões da terra. A ação desse poderoso núcleo dinâmico passou a exercer-se em três direções distintas (Furtado, 1961, p.178).

O autor ressalta o caráter heterogêneo da economia subdesenvolvida, cuja principal característica foi a maneira como se deu o contato das economias desenvolvidas com regiões mais atrasadas, ou seja, variou de região para região e o sistema capitalista, conseqüentemente, foi se adaptando de formas diferenciadas.

Contudo, a resultante foi sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. O Subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (Furtado, 1961, p.180).

Dessa maneira, Furtado concorda com as idéias da Cepal na questão da homogeneização dessas estruturas híbridas mediante o processo

2. *Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal*. Octavio Rodríguez. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

de industrialização. Entretanto, enfatiza o fato de que a industrialização periférica tende a reproduzir o desenvolvimento tecnológico dos países centrais. Acrescenta que, mesmo ocorrendo uma política de incentivo à industrialização, a condição de subdesenvolvimento permanece associada à heterogeneidade tecnológica e à ocupação da mão-de-obra. Portanto, acrescenta o autor:

o resultado prático disso — mesmo que cresça o setor industrial ligado ao mercado interno e aumente sua participação no produto, mesmo que cresça, também, a renda per capita do conjunto da população — é que a estrutura ocupacional do país se modifica com lentidão. O contingente da população afetada pelo desenvolvimento mantém-se reduzido, declinando muito devagar a importância relativa do setor cuja principal atividade é a produção para a subsistência. (Furtado, 1961, p.192)

Os dois setores — “atrasado” e “moderno” — não mantêm relações coordenadas, ou seja, o setor “atrasado” representa um obstáculo ao crescimento do setor “moderno”, principalmente porque, além de não criar seu próprio mercado interno, não consegue atender aos requisitos da demanda de alimentos da economia do país.

Em *Formação Econômica do Brasil*, seu livro clássico, Furtado analisa a dinâmica da economia brasileira, desde a exploração colonial até o processo de substituição de importações, fundamental para a implantação da indústria moderna no país. Identifica-se plenamente com as preocupações analíticas do contexto desenvolvimentista da época e resalta também sua fundamentação *estruturalista-cepalina*.

Em linhas gerais, a argumentação de Furtado caminha em três direções convergentes: na primeira, o autor procura um paralelo entre o desenvolvimento americano e o subdesenvolvimento brasileiro, cuja explicação encontra-se na formação de distintas estruturas econômicas no desenvolvimento capitalista, e resulta na constatação de que,

essas colônias de pequenos proprietários, em grande parte auto-suficientes, constituem comunidades com características totalmente distintas das que predominavam nas prósperas colônias agrícolas de exportação. Nelas era muito menor a concentração da renda, e as mesmas estavam muito menos sujeitas a bruscas contrações econômicas. Demais, a parte dessa renda que revertia em benefício de capitais forâneos era insignificante. Em conse-

qüência, o padrão médio de consumo era elevado, relativamente ao nível da produção per capita. Ao contrário do que ocorria nas colônias de grandes plantações, em que parte substancial dos gastos de consumo estava concentrada numa reduzida classe de proprietários e se satisfazia com importações, nas colônias do norte dos EUA os gastos de consumo se distribuíam pelo conjunto da população, sendo grande o mercado dos objetos de uso comum (Furtado, 1975, p.30-1).

A análise comparativa entre as estruturas econômicas norte-americana e brasileira constituiu uma forma que o autor encontrou para caracterizar o subdesenvolvimento estrutural do Brasil. E segue analisando a falta de dinamismo da economia escravista, tendo em vista a sua dependência com o setor externo.

Na segunda argumentação, torna-se clara a influência keynesiana no seu pensamento, principalmente na questão da formação de renda (demanda agregada) e na necessidade de investimentos para a superação da arcaica estrutura produtiva. A influência de Keynes³ é notória neste trabalho de Furtado por meio da ênfase dada à questão da demanda agregada e seus componentes para a promoção do crescimento econômico interno de um país. Nos últimos capítulos do livro, o autor procura analisar a dinâmica do capitalismo mundial e o impacto da Grande Crise dos anos 30. Destaca o papel das classes dominantes produtoras de café na defesa da produção e dos preços, ou seja, na implantação da *política de valorização*, que representava a defesa da renda e do trabalho na economia brasileira. O keynesianismo, nas obras de Furtado, corresponde a uma espécie de adaptação da análise macroeconômica de inspiração keynesiana à evolução histórica do Brasil. Em outras palavras, a sua visão estruturalista-cepalina sobre a economia brasileira apontava o mercado interno como elemento central para a dinamização da produção e da renda.

Ao garantir preços mínimos de compra, remuneradores para a grande maioria dos produtores, estava-se na realidade mantendo o nível de emprego na economia exportadora e, indiretamente, nos setores produtores ligados ao mercado interno. Ao evitar-

3. John Maynard Keynes, economista inglês que revolucionou a teoria econômica no século XX, com sua obra *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*.

se uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduziam-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia (Furtado, 1975, p.190).

Esse princípio representa um dos aspectos fundamentais do pensamento keynesiano na questão do efeito multiplicador dos gastos promovidos pelo Estado via setor agrário-exportador (café) para a criação de uma dinâmica de crescimento econômico nos países periféricos. Entretanto, o autor enfatiza os efeitos negativos de tais medidas: o contínuo e crescente plantio de novas áreas, ampliando a futura superprodução, e aumento da concorrência internacional, por meio da manutenção de preços altos no mercado.

Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes. Dessa forma, a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados. (Furtado, 1975, p.192)

A terceira e importante argumentação diz respeito ao conteúdo estruturalista utilizado na análise da heterogeneidade da economia brasileira. Consiste na identificação da formação de uma ampla economia de subsistência e segmentos industrializados ao lado da expansão do ciclo cafeeiro.

O setor externo ganha relevância quando a análise caminha para as relações comerciais entre os países centrais (produtores de manufaturas) e os da periferia (produtores de matérias-primas e produtos agrícolas), ou seja, como se processava a divisão internacional do trabalho. Para Furtado, essas relações representam as bases históricas das relações centro-periferia e a constituição do subdesenvolvimento como referência analítica e não simplesmente como sendo uma fase do desenvolvimento capitalista emergente rumo à maturidade.

Outra importante obra de Furtado, *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, ressalta a importância do amadurecimento das instituições políticas no desenvolvimento econômico de um país. Reafirma a importância da democracia no capitalismo e da crescente estabilidade institucional que esta proporciona como regime político, mas também

como garantia ao dinamismo econômico do sistema. Para Furtado, não apenas o desenvolvimento, mas também a democracia deriva do capitalismo. Porém, a luta dos trabalhadores tem um papel fundamental, tanto para garantir a democracia, quanto para garantir sua participação na renda do país. O desenvolvimento não é apenas acumulação de capital, mas é também incorporação de progresso técnico, que depende da estrutura de classes, da organização política e do sistema institucional. Portanto, não existe desenvolvimento fora da história, não existe desenvolvimento econômico sem desenvolvimento político e social. Trata-se de uma clara demonstração da importância dos aspectos não-econômicos no estudo do desenvolvimento econômico, sobretudo nas questões relacionadas aos processos históricos, às realidades sociais e ao comportamento dos agentes econômicos e políticos.

A análise dos processos históricos de desenvolvimento constitui ponto de partida para a compreensão das diversas formas que tomou a acumulação de capital, a qual constitui condição necessária do progresso tecnológico. São os fatores que permitem a uma sociedade dispor de um excedente, isto é, de uma margem que não será absorvida pelo consumo corrente, e os que induzem a transformar esse excedente em instrumento de aumento da produção, que devem ser postos em evidência pela análise histórica. As formas de apropriação e de utilização desse excedente estão na base dos sistemas de organização social e de estruturação do poder (Furtado, 1971, p.136).

Entende-se, portanto, desenvolvimento econômico como incremento da capacidade produtiva e a irradiação deste, por meio do benefício e do bem estar para a maior parte da sociedade. Desenvolver, na visão de Furtado, surge como crescimento acompanhado de mudanças estruturais (superação do próprio crescimento).

Assim, o problema central dos países subdesenvolvidos é a escolha de uma estratégia de modificação das estruturas, e não a formulação de planos convencionais de desenvolvimento fundados nas técnicas de política quantitativa (Furtado, 1971, p.247).

Converge, para isso, a identificação entre força política e força econômica. Um Estado fraco seria sinônimo de economia fraca, e uma economia fraca impediria a constituição de um Estado forte. Portanto, no Brasil, a discussão em torno do fortalecimento da Nação vai ser

atrelada à questão econômica, ou melhor, a saída do subdesenvolvimento estaria no processo de industrialização.

Historicamente, podemos exemplificar por meio da Alemanha bismarckiana, pois foi por meio da centralização política e da intervenção do Estado na economia (União Alemã do Comércio e Indústria) que se produziu um salto de qualidade para o desenvolvimento. Esse exemplo ganhou notoriedade com os trabalhos do economista alemão Georg F. List, fervoroso defensor das vantagens da indústria sobre a atividade agrícola. Em sua obra clássica, *Sistema Nacional de Economia Política*, List aponta as incoerências do pensamento liberal (crítica ao pensamento de Smith e demais liberais⁴), em que aponta a conveniência e o oportunismo do discurso do pensamento hegemônico praticado pelos liberais ao longo dos séculos XVIII e XIX. A sua preocupação era propagar o conceito de indução do processo de desenvolvimento de uma Nação por meio da criação de um parque industrial estável e de uma infra-estrutura econômica capaz de atender esse processo de modernização⁵. O planejamento⁶ ocupa um papel importante nesse processo e se identificará com o (futuro) pensamento da CEPAL. A proposição da CEPAL e de Furtado converte-se no fortalecimento da Nação e na ideologia industrialista e determina agendas de ação e intervenção nas questões econômicas e sociais. Deve ser dotada de uma estrutura própria, com um alto grau de autonomia e controle sobre a atividade econômica no âmbito interno e externo. Em outras palavras, um país só é forte quando não se encontra à mercê das decisões externas (o período colonial, por exemplo, explica o grau de submissão da economia brasileira). Portanto, a submissão ao padrão de inserção na divisão internacional do comércio, herdado do período colonial, inviabiliza a idéia de autonomia e, conseqüentemente, os princípios básicos de Nação.

4. List (1983, p.235) afirma que Adam Smith e outros liberais erram ao considerar a liberdade absoluta no comércio internacional como um axioma, pois procura excluir quase totalmente o poder do Estado e o aspecto político da questão, pressupondo a existência de um estado de paz perpétua e união universal.

5. List (1983, p.137) descreve o potencial manufatureiro para o fortalecimento da Nação.

6. List (1983, p.103-4) analisa a teoria das forças produtivas de um país e a sua importância para o seu desenvolvimento. Defende o protecionismo e a ação estatal para atingir a prosperidade material e o poderio político.

2. O pensamento de Furtado e a desigualdade regional: a Operação Nordeste

No final dos anos 1950, Celso Furtado foi designado superintendente da SUDENE — Superintendência Desenvolvimento do Nordeste — e seu esforço estava voltado à criação de um modelo que pudesse solucionar os entraves do subdesenvolvimento específico dessa região, no contexto do subdesenvolvimento brasileiro. Neste mesmo período, foi elaborado pelo GTDN⁷ (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) um relatório que fundamentou a estratégia inicial da SUDENE⁸ e publicado por meio do documento oficial intitulado *Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*⁹, cuja principal preocupação foi apontar um conjunto de proposições que demonstravam objetivamente as razões do atraso da região nordestina¹⁰.

Na análise do economista Antonio Barros de Castro¹¹, existe uma combinação de problemas de natureza física com a irracionalidade institucional (ineficiente exploração da terra) e irracionalidade espacial (subutilização dos solos de regiões férteis como o litoral e dependência de áreas semi-áridas). A região Nordeste apresenta condições próprias de

7. O relatório denominado *Uma política de desenvolvimento para o Nordeste* não foi creditado à sua produção acadêmica devido ao caráter oficial que ganhou na época de sua publicação. Entretanto, não deixa de representar o pensamento de Furtado com relação aos problemas da região Nordeste.

8. A respeito da natureza, das condições e do processo de formulação das diretrizes da SUDENE, ver Amélia Cohn (1976), *Crise Regional e Planejamento: o processo de criação da SUDENE*. São Paulo: Perspectiva.

9. Grande disparidade de renda da região Nordeste em relação à Centro-Sul, além da forte concentração de renda na própria região. Portanto, encontramos o problema da desigualdade no âmbito inter e intra-regional. Constata-se uma deterioração nas relações de troca na região Nordeste, pois esta exporta seus produtos para o Exterior e importa da região Centro-Sul. O baixo desempenho da Agricultura deve-se a um conjunto de fatores, como a escassez relativa de terras aráveis aliada à inadequada precipitação pluviométrica; a estrutura agrária da faixa denominada Zona da Mata são insuficientemente utilizadas. Além disso, constata-se a permanente exploração da cultura de subsistência por meio de um alto contingente populacional na inadequada zona semi-árida.

10. O relatório do GTDN encontra-se analisado em cada premissa e seus principais resultados no trabalho *O Desenvolvimento Recente do Nordeste*, elaborado por Antonio Barros de Castro (1971) e inserido no livro *7 ensaios sobre a economia brasileira*.

11. Em *7 Ensaios sobre a Economia Brasileira*, o autor analisa as contradições e os projetos inadequados elaborados pelo governo visando à superação do subdesenvolvimento da região Nordeste.

crescimento e produção de determinados bens com seus solos e climas peculiares, integrando-se perfeitamente no quadro agrícola nacional. Infelizmente, a intervenção do setor público na região deu-se por meio de projetos esporádicos de infra-estrutura, além de práticas assistencialistas de distribuição de auxílios diretos ou subsídios, com o objetivo de atenuar as tensões em períodos críticos de seca. *Numa palavra, buscava linhas de menor resistência, favorecendo interesses dominantes e limitando-se a adicionar antes que substituir ou reformar.* (Castro, 1975, p.233)

A proposta de Furtado para a região era de um programa integrado, ou seja, visando a reformas na infra-estrutura, agricultura e indústria da região. O Nordeste necessitava de um programa de reformas estruturais ou o crescimento apenas agravaria as deformações sociais existentes. Portanto, a industrialização tinha o objetivo de criar um novo pólo dinâmico de crescimento e auxiliar na superação dos entraves gerados pela velha base agro-exportadora, predominante historicamente na região. O projeto envereda por três direções, simultaneamente, para alcançar tais objetivos: a) aproveitamento dos açudes para irrigação e formação de bacias para a produção de alimentos; b) colonização nas terra úmidas no Maranhão; c) melhor utilização das terras na zona da mata e no litoral Atlântico.

Furtado constata no período, anos 50, que os problemas mais graves não são os de natureza estritamente econômica, e sim social, ligados às estruturas de poder. E apresentou um conjunto de diagnósticos que complementavam o projeto inicial, destacando: a) a ineficiência do DNOCS¹² no aproveitamento dos açudes existentes para irrigação e a necessidade de reformulações administrativas (maior fiscalização e combate à corrupção) e novas diretrizes políticas; b) a necessidade de indenizar o proprietário das terras, tendo em vista a desapropriação para a utilidade pública; c) o aproveitamento mais racional das terras localizadas na Zona da Mata por meio do plantio de outras culturas e não apenas a cana-de-açúcar, cuja herança da forma de exploração colonial e escravocrata atrasada não permitia uma utilização economicamente mais eficiente. *Impressionou-me ver que a estrutura agrária ali era a mais anacrônica que eu conhecera mundo afora. Era o problema mais grave da região* (Furtado, 1999, p.82).

12. Departamento Nacional de Obras contra as Secas foi criado em 1945, para auxílio no combate às secas da região Nordeste por meio da transferência de recursos financeiros aos flagelados ou financiamento na construção de açudes.

O diagnóstico de Furtado apontou, também, para a necessidade da criação de um órgão que pudesse coordenar melhor os já existentes (DNOCS, CVSF¹³ e BNB¹⁴), e traçar novas diretrizes para a região. Assim, foi proposta a criação da SUDENE. Suas principais competências estavam voltadas às ações de novos investimentos e projetos especiais para as agências existentes (DNOCS e CVSF) e planejamento de futuras obras públicas. Além disso, era importante a ação permanente do novo órgão sobre as questões orçamentárias e fiscais (imposto de renda, tarifas aduaneiras e incentivos).

Para Furtado, a SUDENE representava o chamado planejamento integrado, ou seja, o Estado deveria ocupar uma posição de destaque para melhor aproveitar os “velhos” recursos e investimentos, realizados nas décadas anteriores, com os “novos” projetos propostos: o passado, com a construção de rodovias e açudes na zona seca (DNOCS), incentivo ao Vale do São Francisco (CVSF — CHEFS), além dos financiamentos à “industrialização” por meio do BNB. Com a SUDENE, novos projetos foram criados com o objetivo de alcançar maior diversificação na produção agrícola da Zona da Mata, assim como novos incentivos foram canalizados, visando à ocupação de “novas” regiões, particularmente o Estado do Maranhão. Na realidade, era um novo projeto com fortes características de integração regional, visando à transformação do semi-árido nordestino.

A solução mais simples e imediata era transportar parte da população do semi-árido para as fronteiras úmidas, fossem no sul da Bahia, fossem no Maranhão, onde havia terra disponível. Começamos a abrir frentes de colonização no Maranhão (Furtado, 1999, p.82).

Entretanto, dada a sua envergadura e projeção política, a SUDENE sofreu vários tipos de pressões políticas (diferente da aparente harmonia existente entre os antigos órgãos DNOCS, CVSF e o BNB), pois tinha a missão de coordenar as diversas e complexas atividades voltadas a superação do subdesenvolvimento da região Nordeste. Portanto, ao

13. Comissão do Vale São Francisco foi criada em 1949 com o objetivo de desenvolver aquele vale fluvial e criação de uma hidrelétrica para a região.

14. Banco do Nordeste do Brasil foi criado em 1952 e tinha o objetivo de se transformar num banco de investimento industrial ou de crédito agrícola, ou seja, um Banco de Desenvolvimento Regional.

longo de sua existência, diversos projetos de investimento público foram bloqueados pelo Congresso Nacional.

A seca é um fenômeno que se manifesta em muitas partes do mundo. Nessas áreas, a criação de emprego é limitada, e os investimentos requeridos são elevados. A água disponível tem que ser muito bem aproveitada. Há que maximizar as possibilidades de irrigação, o que tentei fazer no Nordeste. Mas fracassei ao tentar obter do Congresso uma lei de irrigação. Fizéramos um projeto de lei para que todo o investimento público em irrigação fosse precedido de desapropriação de terras para colonização, promovendo a emergência de agricultores mais aptos a assimilar novas técnicas... Assim, não se permitiu que o dinheiro público fosse utilizado para transformar a estrutura agrária. E percebi que o problema social iria se manter de pé. E se manteve até hoje (Furtado, 1999, p.82).

Após uma década de existência da SUDENE, ao final dos anos 60, quando da elaboração do IV Plano Diretor para a região, constatou-se que as propostas de reformas estruturais — estratégia do GTDN e adotada pela SUDENE — não foram colocadas em prática.

Para Hirschman¹⁵, o processo de solução dos problemas pode ser descrito por meio de avanços nas formas de compreensão ou motivação. Entretanto, existe uma terceira forma importante: reforma¹⁶, que é expressa na capacidade de elaborar e executar certas medidas.

Na verdade, segundo o autor, qualquer “progresso” (mudança), por muito *não-antagônico* que seja, provoca alguma mudança e desestabiliza inicialmente algum grupo social. Portanto, é ingênuo imaginar

15. Albert Hirschman, cientista social e especialista em questões relacionadas ao desenvolvimento econômico e social da América Latina, publicou, em 1965, a obra *A Política Econômica na América Latina*, em que procurou relacionar as ações dos governos, por meio de suas respectivas políticas públicas, em diversos países da América Latina, ao combate de questões estruturais de desenvolvimento econômico. No caso do Brasil, foi analisado o impacto do desequilíbrio regional e socioeconômico do Nordeste, suas implicações na política nacional e as dificuldades de implementação de um planejamento integrado e nacional.

16. As diferenças entre reforma e revolução (ruptura). Ambas provocam mudanças, ou seja, desvio de poder e vantagens de um grupo para outro. Entretanto, existem variedades de soluções antagônicas dos problemas e não-antagônicas (os grupos permanecem com seu status ou melhoram).

(mesmo para projetos claramente não-antagônicos) que não haverá oposição, pressão de grupos e resistências. De forma oposta, superestimar previamente as dificuldades de mudanças, exigiriam medidas claramente *antagônicas*, ou seja, aplicação de formas não democráticas para transformações nas relações de poder. Portanto, o autor tenta demonstrar que a persistência de tais comportamentos leva, necessariamente, a situações extremas de comportamento. Repete-se a velha discussão: revolução (ruptura) ou reforma (continuidade). Hirschman analisa e constata a existência de muitas fases intermediárias entre a reforma e a revolução, cujas soluções não deveriam ser negligenciadas num processo de mudança.

Para reforçar seu argumento a favor do processo de reforma, o autor procura relativizar tais conceitos por meio de conjunturas específicas da seguinte forma:

Reforma e Revolução não se encontram tão distantes quando analisamos o papel da violência. A idéia que passa é de que revolução representa violência e reforma é algo pacífico. Por exemplo, as secas do Nordeste representam uma violência descentralizada, pois quando a falta de água provocava a fome para milhares de pessoas e o auxílio governamental não chegava rapidamente, ocorriam saques e invasões de propriedades locais (Hirschman, 1965, p.175).

Talvez uma ação um pouco mais concentrada tenha sido a formação das ligas camponesas. Eram ações isoladas e não havia confrontos diretos contestando o poder institucional. Além disso, representavam apenas ações de protesto (saques) e pressão sobre as autoridades, que respondiam com reformas ou auxílios. Portanto, era algo semelhante à reforma, ou seja, uma resposta imediata a uma situação de crise: *situação na qual há grande pressão para ação, para a solução do conflito.*

A violência, por sua vez, é freqüentemente analisada como causa importante de crise, pois mostra a necessidade de intervenção, de solução imediata. Segundo o autor, *a crise concentra a atenção.* Pode ser importante para chamar atenção a determinado problema e promover maior conhecimento a respeito deste, que esteve em estado latente. No âmbito social, podemos verificar que os problemas, quando agravados e não solucionados, levam normalmente ao aprofundamento do conhecimento sobre o assunto ou ao melhoramento nas atitudes de seus re-

formuladores de políticas públicas¹⁷. A criação da SUDENE, por exemplo, representa uma explícita resposta à inoperância de órgãos como o DNOCS, CVSF, BNB, e sucessivos fracassos das políticas de combate à seca na região nordeste.

Portanto, a Reforma, alternativa à Revolução, possui também componente antagonico? Sim, pois ocorre, segundo a análise de Hirschman, uma perda de poder dos grupos privilegiados e reforço para os desfavorecidos. O poder dos grupos até então privilegiados são tolhidos e a condição social dos grupos desfavorecidos é relativamente “melhorada”. O Nordeste brasileiro, por exemplo, representa um problema crônico quando há necessidade de transferências de recursos materiais para combater as secas periódicas. A impressão inicial é a de que todos os grupos, direta ou indiretamente envolvidos neste problema regional, são beneficiados com tais transferências. Entretanto, como o problema foi sendo enfrentado dessa forma (não-antagônica) durante um longo tempo, e ainda permanece sem solução, uma nova análise revelou a existência de fatores *antagônicos*: os ganhos e perdas se diferenciam durante o combate à seca entre os grandes proprietários, os trabalhadores rurais, além do enriquecimento ilícito de alguns grupos. Aliás, as táticas de dividir e reformar estiveram presentes em geral como ingredientes importantes nas manobras da própria SUDENE, em que certos grupos aprenderam com as experiências anteriores *não-antagônicas* na solução dos problemas da região. Dessa forma, os grupos hostis são conquistados e os demais são neutralizados por meio de simples acordos políticos.

Para Hirschman é necessário, portanto, considerar que os caminhos da Reforma, embora sendo estreitos e perigosos, sempre criam possibilidades de manobras e avanços. Portanto, permanece sendo uma alternativa importante para os formuladores de políticas públicas na América Latina.

17. Constata-se a permanente reavaliação do problema com atores diferentes, ou seja, por meio de alianças novas para atacar o velho problema. A política desenvolvimentista de JK promoveu no período uma série de mudanças e reforçou a idéia da necessidade de alianças para a consecução de certo objetivos. Para viabilizar Brasília, por exemplo, e outras tantas metas, foram utilizados recursos públicos e empréstimos externos. Por exemplo, a SUDENE não deixou de representar uma certa “moeda de troca”. As alianças com grupos estranhos à região versus grupos locais, serviram para combater e viabilizar as reformas das instituições da região.

Segundo Francisco de Oliveira¹⁸, Furtado procura explicar o atraso do Nordeste por meio de uma espécie de *sociologia da resistência*, dando ênfase ao *enrijecimento das velhas estruturas sociais que ficaram à margem dos processos de transformação em curso na sociedade brasileira*. (Oliveira, 2003, p.23)

3. Furtado e as causas da pobreza: uma revisão do subdesenvolvimento

Revisitando seus inúmeros ensaios sobre a teoria do subdesenvolvimento, Furtado argumenta que a persistência de tal condição, em certos países periféricos, representa uma forma peculiar em que o progresso tecnológico foi moldado e difundido nas últimas décadas do século XX. Segundo o autor, a permanência do subdesenvolvimento é resultado, fundamentalmente, de fatores culturais como

a adoção pelas classes dominantes dos padrões de consumo dos países de níveis de acumulação muito superiores aos nossos explica a elevada concentração de renda, a persistência da heterogeneidade social e a forma de inserção no comércio internacional (Furtado, 1998, p.60).

Portanto, a sua principal preocupação é analisar os motivos da persistência de nosso subdesenvolvimento, não obstante o processo de modernização e crescimento da riqueza no Brasil, ao longo dos últimos anos. Constata que a conformação social dos países subdesenvolvidos retrata, ao longo dos últimos anos, como ocorreu a difusão tecnológica da civilização moderna nessas sociedades. Para entender a complexidade da crise que o Brasil ainda enfrenta neste início de século, faz-se necessário utilizar a perspectiva histórica. Portanto, somente por meio da análise dos problemas estruturais — como a extrema concentração da riqueza e da renda — podemos entender a gravidade da desigualdade social e da pobreza do país. É nesse quadro que enxergamos a forte heterogeneidade dos grupos sociais existentes no mercado de consumo do país e as carências resultantes dessa realidade.

Conforme já observamos, o Brasil se caracteriza por uma contradição estrutural que dificilmente será superada sem um esforço conjunto

18. No livro *A Navegação Venturosa*, quando analisa a participação de Furtado na questão do Nordeste, procura retratar a sua importância na luta contra o atraso da região e suas principais dificuldades à frente da Sudene.

de reformas estruturais. Furtado ressalta, entre outros problemas, a questão da pobreza no Brasil como sendo um dos principais desafios dessas reformas estruturais. O autor procura tratar esta questão sob diversos ângulos. Em primeiro lugar questiona, sob o ponto de vista estritamente econômico, os motivos da concentração de riqueza e renda, utilizando-se de uma análise comparativa. Para efeitos práticos, o autor compara o nível de distribuição da renda do Brasil com o existente na Índia, e conclui que

a população pobre do Brasil tem um nível de vida similar ao da Índia, ao passo que em seu conjunto o nível de vida da população brasileira é cinco vezes a média da indiana. Cabe ter em conta também que a Índia realiza um esforço maior de investimento do que o Brasil, sendo contudo o seu nível de renda média cinco vezes inferior ao nosso. A população da Índia faz um esforço de poupança muito superior ao que é feito pela população do Brasil, se bem que seu nível de vida seja substancialmente mais baixo (Furtado, 2002, p.14).

Portanto, segundo o autor, é razoável constatar que o problema da pobreza no Brasil não reflete uma escassez de recursos, e sim uma forte propensão ao consumo por parte dos grupos de alta renda. Em nosso país, 20% da população de mais alta renda absorvem cerca de 70% desta, enquanto na Índia, 40% da renda total são apropriados pelos 20% mais ricos. Na Índia, os 20% mais ricos têm em média uma renda quatro vezes maior que a dos 20% mais pobres; no Brasil, essa relação é de um para trinta e três vezes.

Para Furtado, após esse pequeno exercício de desigualdade social, caberia a seguinte conclusão: *o Brasil não se desenvolveu; modernizou-se. O desenvolvimento verdadeiro só existe quando a população em seu conjunto é beneficiada*” (Furtado, 2002, p.21).

Portanto, sendo um país com renda per capita média superior à renda per capita de outros países em desenvolvimento, o Brasil dispõe de recursos suficientes para diminuir o grau de pobreza. Mudar esse quadro exigiria, por exemplo, políticas fiscais que redistribuíssem renda entre os indivíduos, ou seja, que o país adotasse um sistema tributário socialmente mais justo. É urgente, portanto, repensar o sistema tributário.

Muitos têm a opinião ingênua de que o imposto direto é superior ao indireto. Isso ocorreu no passado, no século XIX. Hoje, o

imposto socialmente mais correto é o indireto, porque incide exatamente sobre o ato do consumo, e pode atingir os grupos de maior coeficiente de desperdício ou mais beneficiados pelo sistema de preços (Furtado, 2002, p.22).

Outro aspecto relevante para o entendimento do problema da pobreza, apontado pelo autor, é a chamada pobreza urbana ou as condições de habitação e emprego da população de baixa renda. É reflexo da concentração de renda urbana e não resulta das disparidades de renda entre o mundo rural e urbano, como é o caso da Índia. Seria necessário um investimento a longo prazo para combater esse grande déficit habitacional que existe no país (estimado na época em 53 milhões de pessoas). Novamente, o autor enfatiza a necessidade de melhorar o nível de poupança interna do país para viabilizar investimentos em infraestrutura e na construção civil.

Furtado aponta para outro problema fundamental no combate à pobreza: a educação.

Não há país que tenha conseguido se desenvolver sem investir consideravelmente na formação de gente. Em criança eu já ouvia falar no fenômeno do Japão, que tinha alfabetizado 100% da população no fim do século XIX. Esse é o maior investimento a fazer, para que haja não só crescimento, mas autêntico desenvolvimento (Furtado, 2002, p.19).

Voltando à questão central e imediata da pobreza, ou seja, o combate a fome representa para o Brasil, segundo Furtado, em função dos recursos disponíveis, um desafio relativamente fácil.

Somos um país exportador de alimentos, temos um potencial agrícola enorme. E sabidamente é muito mais fácil alimentar-se uma população urbana, que no Brasil representa 70% do total. Basta, num primeiro momento, assegurar o acesso a uma cesta básica de alimentos (Furtado, 2002, p.16).

Entretanto, continua o autor, a longo prazo, a solução do problema da fome exige muito mais do que o aumento da oferta de alimentos. Exige a chamada *capacidade*. Esse conceito foi introduzido pelo economista indiano Amartya Sen¹⁹, cuja preocupação era demonstrar que o

19. Autor de diversas obras e ensaios sobre desenvolvimento econômico e social, principalmente em países em desenvolvimento (Índia). Prêmio Nobel de Economia em 1998, se destacou, enquanto consultor da ONU, na elaboração da nova metodologia

problema da fome (epidêmica) e da pobreza (endêmica) não poderia ser superado apenas por meio do aumento da oferta de bens. Era fundamental que a população tivesse acesso ou participasse de forma mais dinâmica do crescimento da renda do país. Para tanto, era necessário que a população estivesse capacitada por um título de propriedade ou inserida no sistema produtivo. Portanto, é fundamental entender a diferença existente entre a pobreza de renda (simplesmente) e a pobreza de capacidade, exaustivamente analisada nas obras de Sen:

Embora seja importante distinguir conceitualmente a noção de pobreza como inadequação de capacidade da noção de pobreza como baixo nível de renda, essas duas perspectivas não podem deixar de estar vinculadas, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades. E, como maiores capacidades para viver sua vida tenderiam em geral, aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada, também esperaríamos uma relação na qual um aumento de capacidade conduzisse a um maior poder de auferir renda, e não o inverso. Esta última relação pode ser particularmente importante para eliminação da pobreza de renda. Não ocorre apenas que, digamos, melhor educação básica e serviços de saúde elevem diretamente a qualidade de vida; esses dois fatores também aumentam o potencial de a pessoa auferir renda e assim livrar-se da pobreza medida pela renda. Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria (Sen, 2000, p.112-113).

Para Furtado, discutir adequadamente a pobreza pode representar um caminho para a superação do subdesenvolvimento. A especificação do subdesenvolvimento corresponde uma maneira de explicar a teoria da pobreza de certos países. Para o autor, a massa de pobreza existente em determinada economia reflete a distribuição de ativos no momento

para medir o grau de desenvolvimento humano (bem estar) por meio do IDH. Sabemos que o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) foi criado pelo economista Mahbub Ul Haq, em 1990, e tinha o objetivo de medir outras dimensões do desenvolvimento além da econômica. O índice imaginado por Ul Haq envolve a expectativa de vida ao nascer, o nível de educação e o nível de renda per capita.

em que tem início o processo de crescimento da produtividade, e também a natureza das instituições que regulam a acumulação de ativos. Constata-se claramente que

o que está bloqueado em certas sociedades é o processo de habilitação (capacitação). Isso é evidente com respeito a populações rurais sem acesso à terra para trabalhar ou devendo pagar rendas escorchantes para ter esse acesso. O mesmo se pode dizer das populações urbanas que não estão habilitadas para ter acesso à moradia... A pobreza maciça, característica do subdesenvolvimento, com frequência tem origem numa situação de privação do acesso à terra e à moradia (Furtado, 1999, p.33).

4. Considerações Finais

Furtado, como vimos, analisa os desafios da sociedade brasileira por meio de uma perspectiva histórica, e estabelece duas tendências estruturais básicas nessas últimas décadas de análise: uma grande propensão a concentração social de renda e ao endividamento externo. Para entender esse processo, segundo o autor, é fundamental entender o comportamento das elites tradicionais, que simplesmente se adaptaram às condições externas, impostas pelo desenvolvimento do capitalismo internacional, e que propiciaram um país com padrões de consumo dos países de elevado nível de desenvolvimento e baixa tendência a poupança e investimento ao lado de uma grande maioria da população carente das necessidades básicas. É o retrato da contradição do subdesenvolvimento.

Segundo Furtado, nada choca tanto o analista da economia brasileira do que a presença dessa contradição estrutural: o formidável potencial de recursos do país e o baixo nível de desenvolvimento alcançado até o presente.

Conforme já observamos, o nosso é um país com notória tendência à concentração de renda, particularmente no que concerne a investimentos no fator humano. Disso resulta uma sociedade que tolera extremas desigualdades sociais e cujos grupos de altas rendas apresentam notória inclinação ao consumismo (Furtado, 1999, p.34).

O subdesenvolvimento representa uma conformação estrutural produzida pela forma como se propagou o progresso técnico interna e externamente. Portanto, a sua superação exige um projeto político volta-

do à mobilização de recursos — humanos e materiais — que canalize seus esforços numa espécie de reconstrução de certas estruturas historicamente debilitadas e que foram interrompidas em algum momento de nossa história.

Desde a implantação da República Velha, o desenvolvimento regional (dadas as disparidades existentes) vem experimentando profundas transformações no Brasil. A necessidade de fortalecer e consolidar uma articulação entre as regiões — bastante frágil devido à própria formação histórica e à dimensão territorial — sempre foi avaliada como indispensável para a constituição de uma nação e para alcançar um efetivo desenvolvimento socioeconômico. Não podemos esquecer que o país, ao longo do século XX, adotou uma série de políticas econômicas e sociais que favoreceram o crescimento significativo de algumas regiões, em detrimento das demais. Os sucessivos governos, na tentativa de lograr uma melhor articulação federativa, transitaram entre duas tendências: ora o centralismo autoritário, ora o mandonismo local. Ambas as tendências marcaram a constituição do sistema político brasileiro. Organizado, do ponto de vista da dinâmica econômica, em bases regionais relativamente autônomas, o país apresentou, até a década de 50, uma configuração na qual a integração era precária. O processo de expansão capitalista, dado o avanço da industrialização, ocorreu muito concentrado, privilegiando a região Sudeste. Entretanto, a partir dos anos 50, com a mudança do padrão de acumulação industrial, ocorreu uma maior integração produtiva das regiões e, conseqüentemente, intensificou-se a experiência de planejamento regional. Entretanto, tornavam-se cada vez mais explícitas as diferenciações regionais. O acesso inter-regional se intensificava e aumentavam os fluxos de pessoas, de mercadorias e de capitais. O Estado brasileiro passava a desempenhar um papel fundamental na estratégia de desenvolvimento, integração e de políticas públicas. O arranjo institucional predominante para o desempenho do planejamento regional foi a política de fomento, planejamento e coordenação no âmbito macrorregional por meio da criação de órgãos como a SUDENE, SUDAM, SUDECO e de instituições financeiras como o BNB.

Entretanto, após 50 anos da prática de planejamento regional, constatamos seus limites para o seu desenvolvimento.

Ao longo dos anos 60 e 70, assistimos a uma mudança nos critérios técnicos em relação a definição de objetivos de política econômica

e social. No caso do Nordeste, deu-se após a implantação do regime militar, a permanência apenas de políticas “compensatórias” (incentivos fiscais e financeiros) e o gradual esquecimento dos planos diretores — aprovados pelo Conselho Deliberativo da SUDENE — que eram enviados ao Congresso para aprovação. A proposta do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento Econômico do Nordeste), coordenado por Celso Furtado, foi se transformando em apenas uma experiência do passado. Outro aspecto que reforçou a mudança do período foi o conjunto de reformas institucionais promovidas no PAEG²⁰: tributária (alta concentração dos tributos na esfera federal) e administrativa (fortalecimento dos órgãos setoriais na administração pública). Portanto, os órgãos regionais perdem suas funções e, principalmente, a coordenação na alocação de recursos no contexto do planejamento nacional.

A década de 80, marcada pela crise fiscal e financeira do Estado, promoveu o efetivo desaparecimento das experiências de planejamento. Nos últimos anos, os critérios adotados de política econômica levaram em consideração, principalmente, as perspectivas de curto prazo. Foi norteadada pela análise de conjuntura, cujos objetivos vislumbravam apenas os controles imediatos da inflação, do câmbio, da dívida pública etc. Uma tentativa de restauração do planejamento regional ocorreu durante a elaboração da Constituição de 1988. Entretanto, os problemas de conjuntura econômica permaneciam prioritários na condução das ações governamentais.

A década de 90, marcada pelas mudanças da economia mundial e redefinição da inserção do país nesse processo — abertura comercial, reestruturação produtiva, competitividade — por meio de imposições de controles crescentes nas políticas macroeconômicas nacionais, reduziram sistematicamente as possibilidades de organização institucional do planejamento regional e nacional. Entretanto, na afirmação de Celso Furtado:

numa economia como a brasileira, que tem imenso atraso acumulado, desequilíbrios regionais e setoriais, e um potencial enorme de recursos não utilizados, abandonar a idéia de planejamento é renunciar à idéia de ter governo efetivo (Furtado, 1999, p. 80).

Não é difícil imaginar que o governo atual necessita urgentemente de uma retomada — com nova concepção, mas aproveitando das expe-

20. Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) implementado durante o primeiro governo militar, gestão Castelo Branco.

riências passadas — da idéia de planejamento regional e nacional. Uma abordagem moderna de planejamento regional é o tratamento mais objetivo das variáveis ambientais, tecnológicas, sociais e institucionais, ao lado da abordagem econômica. Além disso, o projeto regional deve ser estruturado em bases mais indicativas e mais descentralizados. É importante conhecer e tratar melhor a reestruturação espacial e sua dinâmica econômica; integrar a diversidade regional do país e não apenas transferir recursos; enxergar o planejamento como um processo que incorpora as decisões que resultam nas negociações técnico-políticas.

Essa visão global do capitalismo industrial levou-me à conclusão de que a superação do subdesenvolvimento não se daria ao impulso das simples forças do mercado, exigindo um projeto político voltado para a mobilização de recursos sociais, que permitisse empreender um trabalho de reconstrução de certas estruturas. Daí que eu me haja empenhado, desde a época em que trabalhei na CEPAL, nos anos 50, em elaborar uma técnica de planejamento econômico que viabilizasse com mínimo custo social a superação do subdesenvolvimento (Furtado, 1998, p.62).

Retomando as preocupações de Furtado, sobre os objetivos das reformas estruturais que objetivam um processo de liberação de energias criativas e superação do subdesenvolvimento, podemos imaginar que, sem o consenso de importantes segmentos da sociedade, o projeto político proposto não terá viabilidade. Portanto, somente com amplo apoio da sociedade e profundo conhecimento da realidade social do país poderá romper com a sua lógica perversa.

A rigor, o subdesenvolvimento é uma variante do desenvolvimento, ou melhor, é uma das formas que historicamente assumiram a difusão do progresso técnico. O fato de que as estruturas que o conformam se hajam reproduzido no correr de anos não nos autoriza a prever sua permanência futura. Mas podemos afirmar que a tendência dominante é no sentido dessa reprodução (Furtado, 1992, p.47).

5. Bibliografia

AGARWALA, A. N. e SINGH, S.P. Orgs. (1969). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense.

- BIELSCHOWSKY, R. (1995). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BIRDSALL, N. e SZÉKELY, M. (2003). “Esforço próprio em vez de paliativos: pobreza, equidade e política social”. In: KUCZNSKI, P. e WILLIAMSON, J. (organizadores). *Depois do consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. São Paulo: Saraiva.
- CASTRO, A. B. (1975). *7 ensaios sobre a economia brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, volume II.
- COHN, A. (1976). *Crise regional e planejamento: o processo de criação da SUDENE*. São Paulo: Perspectiva.
- FURTADO, C. (1959). *A operação Nordeste*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Textos Brasileiros de Economia).
- _____ (1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- _____ (1971). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 4.ed. São Paulo: Cia Editora Nacional.
- _____ (1975). *Formação econômica do Brasil*. 13.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- _____ (1992). *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (1998). *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____ (1999). *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (2002). *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____ (2003). *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HIRSCHMAN, A. O. (1965). *A política econômica na América Latina*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- MANTEGA, G. (1984). *A economia política brasileira*. São Paulo: Editora Polis; Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- MONTEIRO, C. A. (2003). “A dimensão da pobreza, desnutrição e da fome no Brasil”. *Estudos Avançados*. USP. Vol.17, n-48, maio/agosto.
- OLIVEIRA, F. (2003). *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- RODRIGUEZ, O. (1981). *Teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária.

SAWAYA, A L. e cols.(2003). “Os dois Brasis: quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros”. *Estudos Avançados*. USP. Vol.17, n-48, maio/agosto.

SEN, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.